

**Educação integral e(m) tempo integral  
no Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis  
Integral education and full time  
in the Angra dos Reis Municipal Plan of Education**

**Aline de Souza Ramos<sup>1</sup>**

pretasramos@hotmail.com

**Marcio Bernardino Sirino<sup>2</sup>**

pedagogomarcio@gmail.com

**Resumo**

Este artigo objetiva promover uma reflexão sobre a perspectiva de educação de tempo integral inserida no Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis, no que se refere à meta 6, por meio de análise documental e bibliográfica, na busca por ampliar os olhares sobre o processo de (re)construção e alinhamento do documento oficial.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas, Plano Municipal de Educação, Tempo integral

**Abstract**

This article intends to promote a reflection on the full-time education perspective within the Municipal Plan Education of Angra dos Reis concerning the goal 6, through documentary and bibliographical analysis in the search for broadening the perspectives on the (re)construction and official document alignment process.

**Keywords:** Public policy, Municipal Education Plan, Full time

**O que narram os documentos oficiais?**

A partir da leitura da tese-guia, elaborada pela Comissão Organizadora e a Equipe Técnica do Conselho Municipal de Educação (CME), em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SECT) de Angra dos Reis para a discussão do Plano Municipal de Educação (PME), começamos uma reflexão a respeito de como se deu esse processo.

---

<sup>1</sup> Graduada em pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), servidora pública da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, atuando na docência dos anos iniciais do ensino fundamental.

<sup>2</sup> Mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e integrante do Núcleo de Estudos – Tempos, Espaços e Educação Integral – Neephi/Unirio.

Algumas questões ficaram evidentes, na medida em que Angra dos Reis possui, desde 2009, uma Política Pública de Educação de Tempo Integral, por meio do Projeto dos Centros de Educação e Horário Integral (CEHIs):

- “De que maneira a discussão do tempo integral foi representada no Plano Municipal de Educação?”
- “Com base em que concepção de tempo integral as metas e estratégias foram apresentadas?”
- “Quais as intervenções realizadas pelas escolas de tempo integral do município, no que diz respeito à meta seis?”

Na busca pelas respostas das questões que impulsionaram a escrita sobre a meta seis no PME- Angra, este artigo propõe, com a metodologia de análise documental e bibliográfica, promover uma leitura crítica da tese-guia e das propostas de alteração/exclusão/aglutinação para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário um olhar voltado para a macro e microanálises, entendendo por ‘macro’ o Plano Nacional de Educação e na esfera da ‘micro’, o Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis.

Nesse sentido, utilizamos da reflexão problematizada por Sally Power (2006) que, ao centrar sua teoria no Estado para explicar práticas e políticas educacionais, estabelece uma importante relação entre o detalhe e o macrocontexto. A autora aponta que, no uso de uma análise conjuntural – tal como a teoria centrada no Estado –, deveria “[...] capacitar-nos a enxergar o ‘caos’ e da ‘falta de lógica’ da política e da prática e nos concentrarmos nas suas funções consistentes e contradições associadas” (p.20).

A citação supracitada dialoga com a visão que partilhamos, nesta escrita, na medida em que realizaremos, por meio da análise do micro e do macro, uma análise conjuntural para a compreensão do que está por detrás de poucas linhas de estratégias apresentadas no Plano Municipal de Educação. Além disso, podemos identificar a percepção das ideologias que subsidiam as palavras postas em cada assertiva apresentada, bem como as lógicas que sustentam a organização do pensamento e a defesa de interesses individuais e coletivos, estando certos das contradições presentes nesse cenário e das

possibilidades de encontrarmos respostas muito problematizadoras sobre a representação dessa meta no Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis.

### **Plano Nacional de Educação (PNE)**

Em 25 de junho de 2014 o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado, criando, desse modo, a lei 13.005/2014. O PNE foi construído num recorte temporal com lógicas muito específicas para a sua existência. Identificamos, no plano nacional, traços do neoliberalismo com questões voltadas para a privatização, terceirização e o estabelecimento de parcerias numa tentativa de diminuir as demandas sociais.

Partindo da compreensão de que a sociedade, com sua perspectiva política neoliberal, influenciou diretamente a construção do Plano Nacional de Educação, apresentamos abaixo, no que se refere à meta 6, traços dessa ideologia dominante presente na atualidade.

No caput da meta 6 do PNE, encontramos a visão de proteção social, quando propõe o tempo integral para um determinado quantitativo de escolas e alunos atendidos. Nas estratégias subsequentes, também encontramos indícios dessa visão, quando a estratégia 1 propõe “atividades de acompanhamento”, ao invés da construção de uma política voltada para um trabalho integrado; a estratégia 2, que aborda a construção de escolas, no entanto, para os mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade social; a estratégia 3, que trabalha com a lógica do ‘regime de colaboração’; a estratégia 4, que aborda diretamente a articulação com outros espaços ‘educativos’ e, por fim, encontramos na estratégia 5, a oferta de atividades voltadas para a ampliação do tempo integral, por meio de entidades privadas de serviço social.

Desse modo, conseguimos identificar uma relação muito próxima entre o Plano Nacional de Educação, analisando a meta 6 e suas estratégias, com a lógica de sociedade imposta na contemporaneidade.

## **Plano Municipal de Educação de Angra Dos Reis**

Em Angra dos Reis, o movimento de construção de seu PME ocorreu, em 2009, com a I Conferência de Elaboração do Plano Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Diante da necessidade de atualização do plano frente à lei sancionada do PNE, o Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis, em 2014, deu início ao processo de atualização e alinhamento do Plano Municipal ao Plano Nacional.

Analisando os ofícios enviados pelo Conselho Municipal de Educação (CME) às unidades escolares e disponíveis no *blog* do Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis<sup>3</sup>, encontramos algumas informações que contextualizam o processo de discussão e elaboração do PME.

Os documentos apontam a realização de uma Pré-Conferência, em 2014, para a formação dos participantes, a fim de avaliar o cumprimento e a legalidade do Plano Municipal de Educação em alinhamento ao PNE. Nessa conferência, foram apresentados o cronograma e a comissão coordenadora de elaboração do documento-base e, ainda, acordado o compromisso com o envio de materiais de apoio para estudo na comunidade escolar.

Em 2015, o primeiro documento enviado às escolas (ofício 003/2015) aponta a organização da comissão coordenadora, composta por representantes do poder público e da sociedade civil para a realização de um

Amplo e qualificado debate sobre a proposta de PME, e ainda, apresenta a equipe técnica, responsável, composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, responsável pela pesquisa dos dados educacionais do município e pela elaboração do documento-base.

Encontramos, no ofício 006/2015, um cronograma de trabalhos (quadro I), organizado por meio de Fóruns de Estudo e Avaliação, através de assembleias temáticas a serem realizadas no mês de maio. Informava-se também a consulta pública *on-line*, que tinha por objetivo oportunizar a

---

<sup>3</sup> PME-AR, 20/06/2015. Disponível em: <<http://pme-ar.blogspot.com.br/search?updated-min=2015-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2016-01-01T00:00:00-08:00&max-results=7>>. Acesso em 31 de julho de 2015.

participação da sociedade civil na elaboração do PME. O último ofício encaminhou o documento-base às unidades escolares e ressaltou a necessidade de participação de toda a comunidade escolar, com a eleição de delegados que participariam da conferência.

A partir da análise do percurso entre a pré-conferência e a conferência que definiu as metas e estratégias do PME, avaliamos como insatisfatório o tempo destinado às discussões e proposições pela comunidade escolar, tendo em vista a dimensão qualitativa do PME no cenário educacional para os próximos dez anos.

**Quadro I** - Cronograma encaminhado por meio do Ofício nº. 006/2015/CME

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>Até 29/05</b>	Entrega da proposta ao Documento Base – até 29/05
<b>Até 02/06</b>	Encaminhar o nome dos delegados – até 02/06
<b>13 a 29/05</b>	Fóruns de Estudos e Avaliação – (As instituições deverão incluir no sistema <i>on-line</i> as suas propostas 13 a 29/05)
<b>20 a 29/05</b>	Consulta <i>On-line</i> – 20 a 29/05
<b>02 e 03/06</b>	Consulta Pública – 02 e 03/06
<b>08/06</b>	Conferência – Plenária Deliberativa por Metas Grupo 1 – Meta 1 Grupo 2 – Metas 2 e 5 Grupo 3 – Metas 3, 11 e 12 Grupo 4 – Metas 8, 9 e 10
<b>09/06</b>	Conferência – Plenária Geral – Meta 4, 6 e 7
<b>10/06</b>	Conferência – Plenária Geral – Metas 13, 14 e 15
<b>11/06</b>	Conferência – Plenária Geral – Metas 16 e 17

### **Meta 6- PNE**

O Plano Nacional de Educação prevê como Meta 6, “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica<sup>4</sup>.

O documento aponta ainda para as estratégias de oferta de educação básica em tempo integral; construção de escolas com padrão arquitetônico;

<sup>4</sup> Planalto, 20/6/2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em 31 de julho de 2015.

reestruturação de escolas; articulação entre a escola e diferentes espaços educativos; aplicação do artigo 13 da lei 12.101/2009; atendimento das escolas do campo e de comunidades indígenas; atendimento às pessoas com deficiência; e a adoção de medidas de otimização do tempo.

Partindo dessa referência nacional, estabelecemos, na sequência, categorias para análise e reflexão sobre a inserção da discussão do tempo integral no Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis.

### **Categorias de análise do Plano Municipal de Educação**

Por meio da leitura do documento enviado às unidades escolares para apreciação das propostas de metas e estratégias a constituírem o Plano Municipal de Educação, no que tange especificamente à meta 6, pudemos destacar algumas reflexões a respeito das construções apresentadas no documento. Essa análise possibilita uma compreensão mais ampliada [integral] sobre a proposta de tempo integral no município de Angra dos Reis.

Cabe uma contextualização, na perspectiva de contribuir para uma análise mais detida, com dados específicos do município. Angra dos Reis, atualmente, conta com 4 (quatro) Centros de Educação e Horário Integral (CEHIs)<sup>5</sup>. Ainda conta com 26 unidades escolares, que possuem a ampliação de sua jornada escolar, através da estratégia indutora financiada pelo Programa Mais Educação<sup>6</sup>.

Nesse sentido, efetuando uma ‘radiografia’ inicial do Documento-Base enviado às escolas, ampliamos nosso olhar para as cinco categorias de análise propostas neste estudo, que serão discutidas e questionadas a partir da meta 6 e das estratégias apresentadas, como se pode observar no quadro a seguir.

---

<sup>5</sup> Proposta criada através da Resolução Municipal nº 05 de 16 de julho de 2009.

<sup>6</sup> O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral.

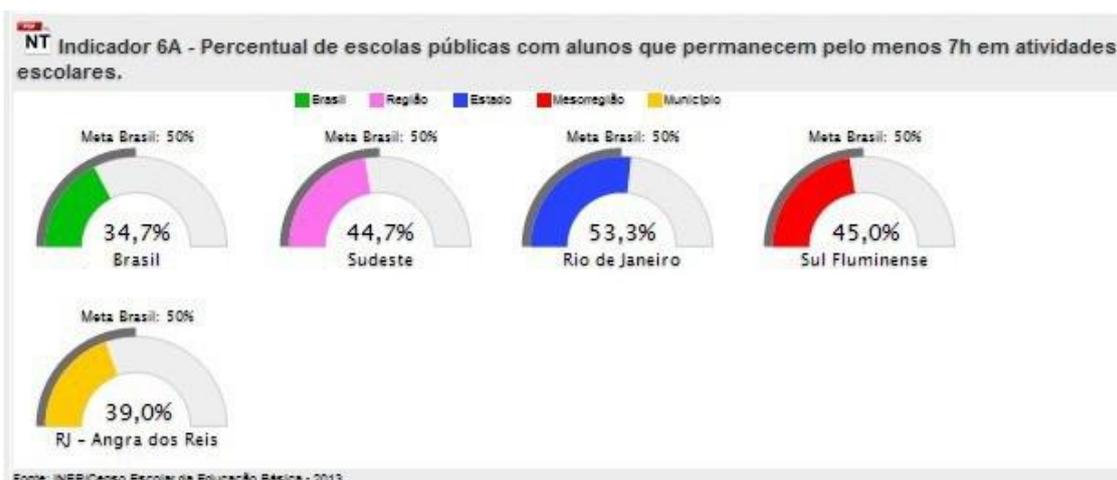
## CATEGORIAS DE ANÁLISE

- I. Educação de Tempo Integral e Educação Integral;
- II. Política Pública Municipal de Educação Integral;
- III. Educação para Todos ou Proteção Social;
- IV. Formação dos Educadores;
- V. Infraestrutura ofertada.

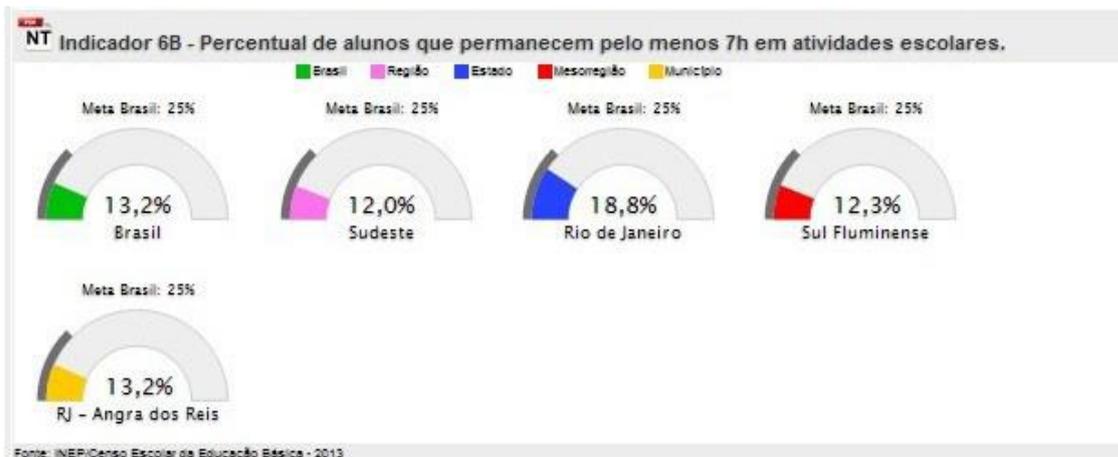
### Análise situacional apresentada no documento base

O documento base para a discussão das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis traz dois gráficos indicadores. O primeiro aponta o percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares, em todo território brasileiro, e o segundo apresenta o percentual de alunos que permanecem pelo menos por 7h diárias com atividades escolares.

### Gráfico I



## Gráfico II



O primeiro gráfico aponta que Angra dos Reis possui 39% das escolas, com a jornada escolar ampliada para, no mínimo, 7h diárias. Já o segundo indica que 13,2% dos alunos possuem essa ampliação diária da sua carga horária.

Observemos que quase metade das escolas possui a proposta de tempo ampliado. Ao que nos parece, inserem-se nessa conta as creches e as escolas com o Programa Mais Educação, chegando o município próximo a cumprir, desse modo, o previsto na meta 6 do PNE.

Já com relação ao percentual de alunos, o número é bem inferior, pois, no Programa Mais Educação, muitas unidades escolares não contemplam todos os alunos, mas os que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem ou se encontram em situação de risco/vulnerabilidade social.

Desse modo, o índice de alunos em tempo integral ainda está aquém do previsto pelo PNE, na meta 6, mas oportuniza a reflexão quanto à extensão da carga horária da escola e, ainda, sobre seu público de atendimento, uma vez que questionamos que, se quase metade das escolas já possuem a ampliação do tempo escolar, por que apenas 13% dos alunos delas fazem proveito desse tempo?

## **Concepções de educação integral**

No cenário educacional, atualmente, duas perspectivas emergem sobre a discussão da Educação Integral e(m) Tempo Integral: a perspectiva sócio-histórica e a perspectiva contemporânea.

A perspectiva sócio-histórica tem como fundamento a proposta de uma educação para todos, que vise a uma formação humana mais completa para os sujeitos do processo educativo, e percebe a escola como cenário principal e locus de ampliação dos tempos de vivência e de aprendizagem dos conhecimentos sócio-historicamente construídos.

A perspectiva contemporânea se fortalece na compreensão da educação integral para além da instituição escolar, uma educação que acontece a vida inteira e em todos os espaços sociais. Uma perspectiva que valoriza a atuação dos diferentes atores e suas contribuições no fazer pedagógico, bem como dos diversos territórios como espaços produtores de conhecimento.

Coelho (2014) apresenta uma distinção entre as duas concepções que contribuem para maior compreensão das perspectivas.

Distinguimos uma concepção sócio-histórica de outra, que denominamos de contemporânea, quando estudamos a educação integral. A primeira tem, como base, uma perspectiva de formação humana multidimensional, necessária na construção de uma cidadania mais crítica e emancipadora. Já a segunda traz, em seu bojo, algumas ideias que vêm se construindo principalmente ao longo dos séculos XX e XXI, primando por uma visão em que a escola aparece como mais um dos equipamentos educativos, ao lado das cidades “que educam”, da integração com outros ‘serviços’, como os de assistência social, entre outras características. (p. 187)

Essa distinção entre as concepções de educação integral faz-se necessária, na medida em que determinadas escolhas e posicionamentos presentes no Plano Municipal de Educação evidenciam qual das perspectivas apresentadas o município adotou.

## **O que aponta o documento-base com relação à meta 6?**

No que diz respeito à meta 6, o município propôs para a escrita da meta “oferecer educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica”.

Identificamos não haver nenhuma modificação do texto original proposto pelo Plano Nacional de Educação. Não houve, por parte do município, ousadia em ampliar esse tempo integral, garantindo em lei um novo percentual. Por mais que se ponha no texto a construção ‘no mínimo’, esse mínimo poderia ser de 70%. Ou por que não retirar os mínimos? Por que não 100%?

O percentual de atendimento aos alunos é o mais preocupante, na medida em que, mesmo se metade das escolas tivesse o tempo integral, não seriam todos os alunos beneficiados pela extensão da carga horária, pois a meta prevê pelo menos 25%, não estando garantida, assim, na redação, a totalidade de atendimento.

Indagamos se existe clareza no que se denomina tempo integral, pois se coloca no mesmo ‘balaio’ uma política pública pensada e estruturada para a formação integral do aluno e uma estratégia indutora que financia um projeto de educação que não abarca todos os alunos e pressupõe muitas parcerias.

Questionamos: Que educação de qualidade pode ser proposta, se essa educação não é para todos, se ela é para um grupo, uma minoria, um percentual? O que se entende por qualidade na educação?

### **Estratégia 1**

O documento apresenta como primeira estratégia: “Implementar ações para ampliação da oferta de Educação Básica Pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, culturais e esportivas” [grifos nossos].

Percebendo que o documento não evidencia a política pública de tempo integral vigente no município de Angra dos Reis, em que escolas foram pensadas de maneira diferenciada para o tempo escolar ampliado do aluno em quantidade e qualidade, as palavras ‘ações’ e ‘atividades’ remetem à ampliação da jornada escolar à estratégia indutora, ou seja, algumas escolas adotam o programa do Governo Federal, verificam quais alunos precisam de uma ‘ajuda’ com o discurso da evasão, da vulnerabilidade, dos que ‘precisam’, e realizam, no contraturno, às vezes em outros espaços, essas referidas atividades.

Nesse momento, percebemos uma inclinação para uma perspectiva em que o tempo integral é realizado com ‘atividades’. Cabe ressaltar a preocupação com a origem ideológica dessas atividades, a inserção delas como políticas públicas, a função da escola nesse cenário, as lógicas que estão inseridas em poucas palavras, mas que nos insta a pensar em que visão de mundo se pauta esse olhar, e que projeto de sociedade se tem por objetivo construir.

Não ficam claras, na estratégia apresentada, as atividades desenvolvidas nas escolas de tempo integral de modo integrado, nem a busca pela articulação entre as áreas do conhecimento, tal como previsto no projeto dos CEHIs atualmente.

Questionamos: Que ações são essas e que fundamentações sustentam a perspectiva de educação de tempo integral promovida por atividades?

## **Estratégia 2**

Analisando a estratégia 2, que o documento apresenta como “Adequar o espaço escolar para a aplicação da jornada em tempo integral” [grifos nossos], fica em evidência a dimensão espaço como sendo um fator-chave para a ampliação do tempo escolar.

Certamente, nossas escolas estão sucateadas, precisando de reformas, de novos espaços no seu interior e de outros equipamentos, mas, ao analisarmos a palavra adequar na estratégia indicada, identificamos que não há perspectiva de criação de novas escolas, não existe proposta de implantação de novos CEHIs, não se apresenta um modelo arquitetônico de escola de tempo integral. Apresenta-se somente o ‘adequar’. Uma reforma nas escolas, uma pintura, reparo na infraestrutura, e o aluno ali dentro, o dia inteiro, com ‘atividades’. Em nenhum momento, é apresentada a proposta de um trabalho integrado, nem quais atividades pretende-se realizar nesse espaço.

Problematizamos ainda o termo ‘aplicação’, presente na estratégia, como se fosse um modelo pronto, em que não se respeitam as especificidades e as demandas locais. A escola seria um depósito de alunos e precisaria adequar sua estrutura para atendê-los o dia inteiro?

Essa perspectiva de análise evidencia uma possibilidade de priorizar a proteção social do aluno, que se resvala no discurso de que a educação integral pressupõe esse 'cuidado'. No entanto, deslocam-se, na maioria das vezes, da assistência social, as demandas que lhe dizem respeito e incorporam-se, no cotidiano da escola, mazelas que carecem de respostas de outras esferas do poder público.

Questionamos: Seria o caso de não termos mais escolas de tempo integral? Apenas atividades/ações em escolas regulares que ampliam, por meio de programas/parcerias/projetos, a jornada escolar do aluno para dar conta das mazelas e demandas da sociedade, nas localidades vulneráveis, em que os pais precisam trabalhar e os filhos/alunos não têm com quem ficar?

### **Estratégia 3**

A terceira e última estratégia proposta para a meta 6 dispõe:

Promover fóruns de troca, articulação e avaliação das escolas que desenvolvem trabalhos pedagógicos na perspectiva de educação em tempo integral, com diferentes espaços sociais e comunitários, fortalecendo assim um trabalho intersetorial. [grifos nossos]

A criação desses fóruns a serem realizados em 'diferentes espaços sociais', aparenta referir-se a uma formação ampla e pouco localizada. No entanto, olhando detidamente essa proposta de formação, não se destina apenas a educadores e demais profissionais das unidades escolares que trabalham com o tempo integral, mas, sim, com possíveis 'parceiros'.

Está prevista na estratégia ainda uma articulação com escolas que desenvolvem 'práticas' na perspectiva do tempo integral. Ou seja, pode ser um CEHI ou uma escola com o programa 'Mais Educação', uma escola que estabeleceu parceria com uma organização não governamental (ONG) e muitas outras entidades.

Ana Maria Cavaliere (2009) aponta duas perspectivas sobre o desenvolvimento da proposta de educação integral 'escola em tempo integral' *versus* 'aluno em tempo integral'. Segundo a autora,

No primeiro, a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças em seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos

e profissionais com formação diversificada, pretendendo propiciar a alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. No segundo, a ênfase estaria na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola, fruto de articulação com instituições multissetoriais, utilizando espaços e agentes que não os da própria escola, pretendendo propiciar experiências múltiplas e não padronizadas. (p. 53)

Nesse sentido, refletimos a partir da diferenciação apresentada por Cavaliere, ou seja, que a estratégia trêns envereda por uma perspectiva de ‘aluno em tempo integral’.

Na medida em que os alunos saem das unidades escolares e ampliam suas formações em ‘outros espaços sociais’, são expostos ao risco de uma formação desconectada do Projeto Pedagógico desenvolvido pela escola. Em alguns casos, bibliotecas, centros culturais; em outros, bares, igrejas, centros e associações. Enfim, espaços diversos que, uma vez ‘parceiros’ das escolas, constituem uma rede de promoção da aprendizagem “integral”. Os outros espaços educam? Certamente! Mas que tipo de educação e qual é a garantia de manutenção dessa parceria ao longo da jornada escolar?

Se houver uma excessiva fragmentação e inconstância na utilização do tempo suplementar, ele pode se transformar ou em mero ‘atendimento’, com o sentido limitadamente assistencialista, ou um mero ‘consumo’, isto é, ocupação com atividades desconectadas de um projeto político pedagógico. (CAVALIERE, 2009, p. 58)

Essas questões nos fazem pensar sobre a possibilidade de fragmentação do conhecimento e a responsabilização de outros atores pelo processo educativo, tornando a escola apenas mais um dos instrumentos de formação para o aluno.

É importante deixar em destaque que o estabelecimento de parcerias com outros setores da sociedade não é gratuito. Existe uma discussão muito atual sobre a privatização e terceirização do ensino. Uma lógica em que instituições privadas, ONGs, associações e diversas entidades poderão contribuir na educação promovida pelas unidades escolares, e essa ‘contribuição’ estará atrelada a financiamentos e a utilização de verba pública.

Questionamos: Qual a visão de sociedade está inserida na educação promovida por outras instituições de ensino?

Após essa análise mais minuciosa, nos certificamos de que consta um olhar sobre a meta 6 muito embrionário e limitado frente às discussões já acumuladas ao longo dos anos. E, ainda, a inclinação para a perspectiva contemporânea de educação integral e(m) tempo integral.

### **E os CEHIs?**

Nesta seção, de posse das contribuições enviadas para o documento-base, pelos Centros de Educação e Horário Integral, analisamos a representação do tempo integral na política pública municipal de educação. Cabe fazermos uma apresentação mais quantitativa sobre a meta 6 e as três estratégias, partindo das propostas de emendas enviadas pelas escolas.

No que diz respeito ao caput da **meta 6**, do Plano Municipal de Educação, houve sete propostas de emendas; dessas, apenas uma foi de um CEHI. Em relação à **estratégia 1**, sete emendas foram apresentadas e apenas uma foi enviada por um CEHI; a **estratégia 2** teve doze emendas, sendo apenas quatro propostas pelos CEHIs; e a **estratégia 3** teve quatro emendas, duas oriundas dos CEHIs.

É importante ressaltar que, embora outras escolas da rede tenham feito suas propostas, consideraremos neste estudo apenas as proposições dos Centros de Educação e Horário Integral.

### **Meta 6- CEHIs**

Na proposta de emenda à meta 6, um CEHI propôs

Oferecer educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica durante o período de vigência deste PME, assim como garantir a manutenção das escolas de tempo integral já existentes. [grifos nossos]

Observamos que, embora a escola mantivesse, enquanto proposta, o quantitativo percentual apresentado pela tese-guia, houve uma defesa da manutenção das escolas de tempo integral existentes na rede.

Questionamos: Se a proposta do Governo Federal é para que os municípios elaborem suas Políticas de Educação de Tempo Integral, para além

da estratégia indutora, por que Angra dos Reis nos parece andar na contramão?

### **Estratégia 1- CEHIs**

Na primeira estratégia, houve contribuição de apenas um CEHI, com a seguinte proposta de emenda:

Implementar ações (na estrutura, no pedagógico, na mão de obra, no plano de carreira e na formação profissional) para a ampliação da oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares em tempo integral, por meio de atividades, culturais e esportivas”. [grifos nossos]

Identificamos que a escola entende que, para a realização de qualquer proposta de tempo integral, por meio de escolas de tempo integral ou através das ações e atividades ‘diversas’, há pouco investimento em vários segmentos, seja no prédio escolar, no trabalho desenvolvido, nos profissionais lotados, na formação e, inclusive, em seu plano de carreira.

Questionamos: Se a escola aponta tantas questões a serem consideradas no desenvolvimento da proposta de tempo integral, como a Rede Municipal se encontra?

### **Estratégia 2- CEHIs**

No que se refere à segunda estratégia, houve a contribuição de todos os CEHIs, com suas propostas de emenda à estratégia apresentada na tese-guia.

Um CEHI propôs “Garantir a diversidade e infraestrutura do espaço para aplicação da jornada em tempo integral” [grifo nosso].

Entendemos como um pouco confusa a proposta, na medida em que não fica claro o que seria “garantir diversidade”. Que tipo de diversidade? De práticas pedagógicas? Concepções? Modos de organização de sua dinâmica escolar? Faz-se necessária uma ampliação do olhar, pois, numa palavra, carregamos muitos sentidos, e se a proposta do Plano Municipal de Educação não se apresenta muito clara, certamente, haverá problemas.

Outro CEHI sugeriu “Adequar o espaço escolar (com quadra poliesportiva, sala de mídia com equipamentos, anfiteatro, parque etc.) para aplicação da jornada em tempo integral” [grifo nosso].

Mais um CEHI indicou “Adequar o espaço escolar (infraestrutura, banheiros com chuveiros para os professores e alunos, quadra, ventilação apropriada, salas ambiente para oficinas pedagógicas) para aplicação da jornada em tempo integral” [grifo nosso].

Juntando as duas contribuições dos CEHIs acima, cujo grifo se pauta na palavra ‘adequar’, pensamos que, nesta estratégia, que aborda a adequação do espaço físico, em nenhum momento foi apresentada a preocupação com a inclusão dos alunos/pessoas com deficiência. Se já é lei ou se já acontece, compreendemos, no entanto, que o próprio Plano Nacional traz a preocupação com a inclusão e, neste municipal, em nenhum momento, no que tange especificamente à meta 6 e suas estratégias, houve a inclusão dessa temática, voltando-se muito para a infraestrutura e reivindicações de melhorias, que se dão basicamente na aquisição de materiais e reparos nos prédios.

O último CEHI, nessa ordem de colocação de emendas, apresentou “Adequar o espaço físico da unidade escolar para o atendimento em horário integral, de acordo com os padrões mínimos para a qualidade da educação” [grifo nosso].

Mais uma vez, entra em questão a qualidade da educação. Uma questão complexa, na medida em que, quando se refere à qualidade, deve-se deixar em evidência dentro de qual perspectiva e onde se pauta esse princípio. Além disso, destacam-se os ‘padrões mínimos’, uma vez que padrões são construções sociais, e o mínimo não deveria ser proposta de educadores. Currículo mínimo, mínimo de espaço, mínimo de infraestrutura. Mínimo?

Questionamos: Será que a discussão do espaço físico está tão presa ao prédio, interesses pessoais e melhores condições de trabalho, que nos leva a não perceber que a dimensão do ‘espaço’ é muito mais complexa no cotidiano escolar frente a seus usos e desusos?

### **Estratégia 3- CEHIs**

Na última estratégia apresentada na tese-guia, houve duas contribuições dos CEHIs.

Um CEHI evidenciou a necessidade de

Promover fóruns de troca, articulação e avaliação das escolas que desenvolvem trabalhos pedagógicos na perspectiva da educação em tempo integral, com diferentes espaços sociais e comunitários, fortalecendo assim um trabalho intersetorial, dentro da carga horário de trabalho. [grifo nosso]

O outro CEHI que contribuiu fez a seguinte proposição:

Promover fóruns de troca, articulação e avaliação das escolas que desenvolvem trabalhos pedagógicos na perspectiva da educação em tempo integral, com diferentes espaços sociais e comunitários, fortalecendo assim um trabalho intersetorial garantindo a liberação dos alunos neste dia para melhor aproveitamento deste. [grifo nosso]

Cabe destacarmos que os CEHIs mantiveram toda a proposta inicial da tese-guia, acrescentando apenas os que se encontram grifados em cada uma de suas emendas. Trata-se de uma tentativa de amarrar, 'dentro da carga horária de trabalho', as formações e espaços de discussões e, ainda, de acordar que os alunos sejam 'dispensados', para que os educadores participem de formações.

Propostas pertinentes, na medida em que os espaços de diálogo e de formação certamente devem ser realizados dentro da carga horária de trabalho, no entanto, esbarram na obrigatoriedade de se cumprir os dias letivos e a carga horária do aluno, um problema muito maior, uma vez que, embora essa 'dispensa' seja necessária, destaca-se como garantir a carga horária do aluno.

Questionamos: Como têm acontecido as formações dos educadores nos Centros de Educação e Horário Integral?

### **Novas estratégias?**

Houve a possibilidade, no documento-base, de que as escolas enviassem novas propostas de estratégias para serem incluídas, questões que não tivessem sido abordadas em nenhuma das três estratégias, mas que

fossem relevantes à discussão do tempo integral. Num universo de trinta e quatro propostas enviadas, dezesseis foram sugestões dos Centros de Educação e Horário Integral.

Abaixo, para facilitar a organização, apresentaremos um quadro com as propostas dos CEHIs e as reflexões que suscitamos. Cabe ressaltar que serão inseridas as propostas dos CEHIs exatamente como foram apresentadas. As palavras grifadas são as que polarizam as discussões, e as reflexões oportunizadas ampliam o olhar frente às demandas expostas.

<b>PROPOSTAS DE INCLUSÃO DE NOVAS ESTRATÉGIAS PARA A META 6</b>	
<b>PROPOSTAS DOS CEHIS</b>	<b>REFLEXÕES E QUESTIONAMENTOS</b>
Viabilizar <u>dentro da carga horária</u> a participação em fóruns estaduais.	Questão já apresentada com relação à utilização da carga horária do professor para formação.
Garantir nas escolas em tempo integral, independente do número de alunos, um pedagogo, um auxiliar de biblioteca, um inspetor de alunos, um auxiliar de direção, além de equipe de apoio, <u>visando à qualidade do ensino</u> .	Questão muito importante, na medida em que nos faz pensar a dinâmica de uma escola de tempo integral e a necessidade de um grupo de funcionários maior para dar conta das demandas apresentadas. Agora, qualidade do ensino ou qualidade na educação?
Organizar a jornada escolar em unidades escolares de horário integral, garantindo, a partir de 2015: carga horária diária de (07) sete horas letivas para o aluno; <u>1/3 da carga horária do docente</u> destinada a atividades de planejamento, formação continuada, correção das avaliações e demais trabalhos pedagógicos.	Atualmente, as escolas trabalham com uma carga horária diária para o aluno de 8h30 min, com exceção do CEHI localizado na Ilha Grande, que trabalha com 8h diárias, por conta de sua logística. A perspectiva de 1/3 de carga horária é uma discussão importante, pois já temos a lei que orienta para essa direção. No entanto, o município ainda não se organizou para isso.
Garantir no currículo das unidades escolares de tempo integral os <u>componentes curriculares</u> de educação ambiental, educação física e arte e que esses sejam ministrados por docentes licenciados nos respectivos componentes (doc. II).	Surge um primeiro apontamento na construção de um currículo mais enriquecido.
Equipar as unidades escolares de tempo integral com recursos que permitam o desenvolvimento de atividades como acompanhamento pedagógico, reforço escolar e o aprofundamento da	Destacamos que a estratégia apresentada pelo CEHI foi retirada da Resolução CNE nº. 07/2010.

<p>aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivência e a prática socioculturais.</p>	
<p>Assegurar que todos os alunos das unidades escolares de tempo integral tenham acompanhamento clínico regular de saúde e dos programas de assistência social, através de <u>parceria</u> estabelecida entre as secretaria municipais.</p>	<p>A parceria entre secretarias municipais se configura importante instrumento para a realização de qualquer demanda. No entanto, acreditamos que essa proposta se encontra deslocada, na medida em que não deve ser apenas com as escolas de tempo integral, mas sim com todas.</p>
<p>Realizar bimestralmente uma avaliação com os alunos das unidades escolares de tempo integral sobre o <u>cardápio da merenda escolar</u>, para que essa seja também mais atrativa ao paladar das crianças, garantindo a oferta de cinco refeições diárias.</p>	<p>Levando em consideração que o cardápio escolar atende a várias escolas e é elaborado por nutricionistas, ou seja, pessoas especializadas nessa questão, não há necessidade de se avaliar a cada bimestre. A participação dos alunos é fundamental, mas a dinâmica escolar é tão intensa e complexa que, bimestralmente, torna-se muito complicado.</p>
<p>Garantir profissionais capacitados que possam atuar nos diferentes espaços existentes, de modo a efetivar a articulação da jornada de tempo integral.</p>	<p>Profissionais capacitados? Quais deles? Para quais áreas de atuação? Em diferentes espaços. Muito confuso, na medida em que cada profissional possui sua especificidade e seu lócus de atuação.</p>
<p>Garantir que as oficinas e demais atividades pedagógicas multidisciplinares sejam realizadas por profissionais da área de educação e <u>sem acompanhamento do professor da base</u>, permitindo que esse, no momento dessas oficinas, possa realizar 1/3 de planejamento dentro de sua carga horária.</p>	<p>Questão polêmica que amplia o olhar para a bidocência, mas indaga a autonomia do professor.</p>
<p><u>Garantir</u> nas escolas de tempo integral, no mínimo um pedagogo, um auxiliar de biblioteca, um inspetor de alunos, um auxiliar de direção, além de equipe de apoio, visando à qualidade de ensino, independente do número de alunos.</p>	<p>Que as escolas precisam de profissionais diversos, isso é fato. No entanto, há legislações municipais com o estabelecimento de quantitativos para cada profissional.</p>
<p>Assegurar, nas unidades escolares de horário integral, recursos humanos em <u>regime de 40h</u>, suficientes para o</p>	<p>Uma alternativa para esta demanda seria a proposta de criação de cargo de professor 40h nos próximos concursos.</p>

atendimento de qualidade. Recursos humanos necessários nas unidades escolares de horário integral: Direção, Auxiliar de Direção, Docente I, Docente II (Ed. Ambiental; Ed. Física e Arte), Pedagogo, Auxiliar de Secretaria, Auxiliar de Biblioteca, Zeladoria e Monitor para Alunos Especiais.	
Viabilizar a relação máxima do número de alunos por turma, obedecendo ao <u>quantitativo</u> estabelecido na tabela abaixo: Educação Infantil: 20 alunos, um docente e um auxiliar de turma; 1º ao 3º anos: 20 alunos e um auxiliar de turma; 4º e 5º anos: 25 alunos.	Essa questão deveria ser deslocada para outra meta, na medida em que não aborda as escolas de tempo integral apenas, mas sim todas as escolas da Rede Municipal de Angra dos Reis.
Garantir formação continuada dentro da <u>carga horária</u> do professor.	Questão já apresentada com relação à utilização da carga horária do professor para formação pedagógica.
Viabilizar a participação em <u>fóruns</u> estaduais dentro da carga horária do professor.	Questão já apresentada com relação à utilização da carga horária do professor para formação pedagógica.
Criar <u>salas-ambiente</u> com infraestrutura e recursos pedagógicos apropriados que garantam o trabalho diferenciado (oficinas dadas pelo professor) no horário integral.	As salas-ambiente oferecem espaço letrado para os alunos. Uma proposta necessária a se pensar na perspectiva de um currículo integrado.
Garantir o <u>número</u> de alunos por turma, de acordo com o quadro a seguir: Pré I e II- 15 alunos; 1º ao 3º anos- 20 alunos; 4º e 5º anos- 25 alunos.	Essa questão deveria se deslocada para outra meta, na medida em que não aborda as escolas de tempo integral apenas, mas sim todas as escolas da Rede Municipal de Angra dos Reis.

### Conferência do Plano Municipal de Educação

Apesar de o cronograma oficial enviado às unidades escolares prever a realização da conferência em quatro dias, foram necessários mais dois dias para a conclusão dos trabalhos.

Como forma de otimizar o tempo e finalizar a (re)elaboração do Plano Municipal de Educação, de acordo com os prazos estabelecidos pelo governo federal, no último dia, adotou-se como estratégia a divisão da plenária em grupos temáticos. Cada grupo discutiu uma meta diferente das que restavam, e o tempo integral foi discutido e deliberado dessa forma.

Nesse sentido, de posse do documento consolidado na conferência, propomos agora a análise das alterações presentes na meta 6 e em suas

estratégias.

## Meta 6

Oferecer educação em tempo integral para, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas de anos iniciais do ensino fundamental prioritariamente, e, no mínimo, 25% das escolas de anos finais do município, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos alunos da Educação Básica até o fim da vigência deste Plano. [grifos nossos]

Identificamos, inicialmente, uma dificuldade de interpretação da meta aprovada, uma vez que, para atender pelo menos metade dos alunos da educação básica, propõe-se ‘prioritariamente’ a educação em tempo integral, para metade das escolas de anos iniciais e um quarto das escolas de anos finais do município. Cabe apontar que, apesar do esforço em contemplar os dois segmentos do ensino fundamental, no fim da redação, foi feita referência aos alunos da educação básica, o que incluirá os alunos da educação infantil.

Outro ponto em destaque é que a meta continua promovendo a desigualdade na oferta do atendimento aos alunos, uma vez que não atenderá a todos, o que reforça a visão contemporânea de educação integral, baseada na proteção social. Ainda ressaltamos o prazo de até o fim da vigência do PME para a oferta do tempo integral no município, o que consideramos muito ampliado.

Questionamos: Que projeto de sociedade subjaz a proposta de tempo integral para ‘alguns alunos’?

## Estratégias

As estratégias, referentes à meta 6 do documento consolidado, resultam da aglutinação das emendas propostas pelas unidades escolares.

### 6.1

Implementar ações para a ampliação da oferta de educação infantil e ensino fundamental em tempo integral, prioritariamente em comunidades com alto índice de crianças em vulnerabilidade social, por meio de um projeto educativo que contribua para a reformulação das práticas e a construção de novas formas de organização curricular, tendo em vista a articulação de atividades pedagógicas, às diferentes áreas do conhecimento e ao projeto político-pedagógico da unidade escolar. [grifos nossos]

Analisamos que, embora no caput da meta 6, a educação infantil tenha sido contemplada implicitamente, na estratégia apresentada, ela foi assegurada de forma explícita. Mais uma vez, fica em evidência uma política de tempo integral para as classes desfavorecidas, contrariando a visão de uma educação pública de qualidade para todos.

Ressaltamos a preocupação com a prática pedagógica desenvolvida nas unidades escolares, na medida em que a estratégia aponta para a reformulação e a construção de novas formas de organização curricular e a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento com o PPP.

A estratégia se inclina para a necessidade de um projeto educativo na oferta do tempo integral, o que nos leva a indagar sobre qual projeto se pretende desenvolver. A manutenção do Projeto dos CEHIs ou a adoção/criação de outra proposta educativa? Que contribuições da trajetória da política de educação existente no município serão levadas em consideração neste projeto educativo?

## 6.2

Construir escolas com espaços físicos adequados, bem como adequar o espaço escolar existente para aplicação da jornada em tempo integral, garantindo equipe multiprofissional e interdisciplinar. (grifos nossos)

Cabe ressaltar que, na estratégia do documento-base, fazia-se referência apenas à adequação dos espaços escolares existentes, ignorando a necessidade de construção de escolas planejadas arquitetonicamente para atender à demanda da educação em tempo integral.

No que se refere à garantia de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, não fica claro quais profissionais farão parte desse grupo e como se dará a atuação deles nas unidades escolares.

## 6.3

Promover fóruns de troca, articulação e avaliação das escolas que desenvolvem trabalhos pedagógicos na perspectiva de uma educação integral em tempo integral, com diferentes espaços, participações sociais e

comunitárias, fortalecendo assim um trabalho intersetorial. (grifos nossos)

Esta estratégia aponta para a necessidade de uma construção coletiva da política de tempo integral do município, através do envolvimento do poder público com a sociedade civil. Emerge um avanço quanto à educação de tempo integral, para além da quantidade de tempo, incorporando a discussão de uma formação humana mais completa, na medida em que a estratégia apresenta a educação integral em tempo integral.

Na construção e desenvolvimento de uma política de tempo integral voltada para a perspectiva contemporânea, justifica-se a necessidade de fortalecimento das relações intersetoriais e a presença de diferentes agentes na discussão e avaliação da política pública proposta.

#### **6.4**

Promover fóruns de discussão entre equipes gestoras das escolas de tempo integral, famílias dos alunos público-alvo da educação especial, equipes dos serviços de educação especial e Gerência de Educação Especial para análise do espaço/tempo diário de frequência do aluno, assim como atividades de participação, a fim de promover a qualidade de seu processo inclusivo e a garantia da frequência em espaços de terapia, se houver.

Esta estratégia foi uma proposta de emenda a ser incluída no documento por uma Unidade de Trabalho Diferenciado (UTD), escola que atende a alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Consideramos inviável essa proposta de fóruns, na medida em que essa avaliação – referente à adaptação do aluno especial à jornada ampliada para garantir atividades necessárias ao seu desenvolvimento, em até mesmo noutras instituições, caso seja necessário – deva acontecer no cotidiano escolar e remete a questões transitórias e a casos pontuais.

#### **6.5**

Garantir nas escolas de tempo integral, independente do número de alunos, um pedagogo, um auxiliar de biblioteca, um inspetor de alunos, um auxiliar de direção, além de equipe de apoio, visando à qualidade de ensino.

Esta estratégia foi uma proposta de emenda apresentada por um dos

CEHIs e remete à importância de se assegurar recursos humanos necessários para o funcionamento da escola em tempo integral com qualidade. No entanto, cabe ressaltar que esses profissionais são imprescindíveis em qualquer escola, mas a redação abre margem para a delimitação de um quantitativo que não considere as diferentes realidades existentes.

### **São apenas planos? Algumas (in) conclusões**

A (re) construção do Plano Municipal de Educação é uma realidade em diversos municípios do solo brasileiro e um importante processo de reflexão sobre a proposta educacional para os próximos dez anos. Momento em que diversos educadores, representantes do poder público e da sociedade civil dialogam e fazem novos planos. Planos que falam de vidas e vidas que se modificam para neles estarem inseridas, mas, como dizia John Lennon “a vida é aquilo que acontece quando você está fazendo outros planos”.

Indagamos o que tem acontecido enquanto o Plano Municipal de Educação foi construído nesse município. Quanta vida está nele inserida, quanta vida por ele foi esquecida e quantas vidas serão transformadas a partir dele?

Cabe evidenciar que este trabalho, desvinculado de um partidarismo político ou intenção arbitrária, foi construído na tentativa de contribuir para a história da educação de tempo integral de Angra dos Reis, na medida em que analisa e sistematiza o processo de consolidação das propostas educacionais no que se refere à meta 6.

Enquanto educadores-pesquisadores e imbuídos de uma convicção teórico-filosófica sobre a educação integral de tempo integral, buscamos a efetivação dessa política de Estado e promover a ampliação do olhar frente à representação do tempo integral no Plano Municipal de Educação.

Nesse sentido, após o acompanhamento de todo o processo que culmina com o a lei nº 3.357, de 02 de julho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação - PME de Angra dos Reis e dá outras providências, pela atual prefeita Maria da Conceição Caldas Rabha, publicado no Boletim

Oficial do Município de Angra dos Reis Ano IX - nº 566 - 03 de julho de 2015, tecemos considerações que fortalecem a discussão do tempo integral.

Na tentativa de responder a nosso questionamento inicial “como a representação do tempo integral foi percebida no Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis?”, sintetizamos, na sequência, nossas impressões.

Analisando o documento, identificamos que não foi levado em consideração o caminhar histórico da política de tempo integral do município, na medida em que o documento-base não fez menção ao projeto dos CEHIs, tampouco a sua organização curricular, baseada na articulação entre as práticas pedagógicas e na formação humana mais completa.

Percebemos também, no documento, uma inclinação para a perspectiva de educação integral contemporânea, uma vez que privilegia a parceria com outros órgãos e entidades, bem como a atuação e formação de diferentes atores nos mais variados espaços sociais, o que se distancia ainda mais do projeto dos CEHIs.

Embora o documento aponte para a necessidade de adequação dos espaços escolares, não foram estabelecidos prazos para que isso aconteça. Em relação à infraestrutura, não foi apresentado nenhum projeto arquitetônico específico para o atendimento das escolas em tempo integral, o que, a nosso ver, reforça a intencionalidade na promoção educação integral pelo viés da perspectiva contemporânea.

Em linhas gerais, o documento apresenta poucas estratégias frente a uma proposta tão ousada a ser colocada em prática. Houve poucas propostas pela comissão organizadora e, ainda, pouca contribuição dos quatro CEHIs que possuímos no município de Angra dos Reis. No documento, não fica evidente como as estratégias serão concretizadas.

Na tentativa de aproximar nossa pesquisa ao processo de (re) construção da política de educação de tempo integral de Angra dos Reis, assumimos aqui o nosso compromisso para que as ideias e a luta por condições adequadas aos processos de escolarização se efetivem.

### Referências bibliográficas

ANGRA DOS REIS. *Documento base: Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Educação, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 2.582, de 10 de maio de 2010. Aprova o Plano Municipal de Educação de Angra dos Reis. *Boletim Oficial do Município de Angra dos Reis*, Angra dos Reis, 19 maio de 2010.

BRASIL. Decreto nº. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

BRASIL. Portaria Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

CAVALIERE, Ana Maria Cavaliere. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. *Em Aberto*, Brasília, v.22, n. 80, p.51- 63, abr 2009.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Integração escola-território: “saúde” ou “doença” das instituições escolares? In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.). *Tempos e Espaços Escolares: experiências, políticas e debates no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Ponteio: Faperj, 2014. p.187.

POWER, Sally. *O detalhe e o macrocontexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais*. Ponta Grossa: Olhar de professor, 2006.